

Argentina e Brasil na década de 30: o impacto das políticas econômicas internacionais da Grã-Bretanha e dos EUA*

Marcelo de Paiva Abreu **

O artigo analisa o impacto diferenciado das políticas econômicas externas dos EUA e da Grã-Bretanha sobre o desempenho das economias da Argentina e do Brasil durante a década de 1930, em decorrência de distintas características estruturais dos vínculos comerciais e de pagamentos dos dois países primários-exportadores com a economia mundial. Enquanto o crescente alinhamento norte-americano ao "multilateralismo" aumentou o raio de manobra das autoridades brasileiras – por exemplo, com relação ao comércio de compensação com a Alemanha –, o contrário ocorreu com a Argentina, em vista do abandono pela Grã-Bretanha de sua política externa baseada no *laissez-faire*.

1. Comércio exterior e pagamentos internacionais da Argentina e do Brasil antes da depressão; 2. Relações econômicas entre o Brasil e os EUA na década de 30 e seu impacto sobre o crescimento econômico brasileiro; 3. Relações econômicas anglo-argentinas na década de 30 e seu impacto sobre o crescimento econômico argentino; 4. Conclusões.

A acumulação de trabalhos recentes relativos ao impacto da depressão de 1929-33 sobre as economias latino-americanas constitui base adequada para sérios estudos comparativos, na tentativa de identificar distintas reações de países específicos em termos de mudança de políticas econômicas e seus resultados e, também, para definir grupos de países com desempenho econômico homogêneo.¹

Tais generalizações, entretanto, envolvem sérias dificuldades que devem ser explicitadas, pois o comportamento aparentemente homogêneo de certas variáveis

* Artigo apresentado ao 44º Congresso Internacional de Americanistas realizado em Manchester, em setembro de 1982. Uma versão preliminar foi apresentada em encontro realizado no St. Antony's College, em setembro de 1981. O autor agradece os comentários dos participantes destes eventos, bem como a Rosemary Thorp, pelo convite para participar de ambos, a Gelson Fonseca Jr. e Winston Fritsch, pelos seus comentários no Brasil, a Ricardo Markwald, pela ajuda na obtenção de publicações argentinas, e à Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao International Development Research Centre (IDRC), pelo auxílio financeiro. A versão em inglês deste artigo foi recentemente publicada em Thorp, R. ed. *Latin America in the 1930s*, London/New York, Macmillan, St. Martin's, 1984.

** Do Departamento de Economia da PUC/RJ.

¹ Ver, por exemplo, Diaz-Alejandro (1980).

mascara, muitas vezes, diferenças importantes com relação ao comportamento de outras variáveis. Este parece ser o caso ao considerar-se a inserção de países específicos na economia mundial. De fato, seguindo a linha estabelecida pelos primeiros trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), é possível detectar uma corrente definida da literatura especializada que tende a enfatizar a mudança do tipo de estímulo ao crescimento econômico na América Latina, particularmente no caso de economias de grande porte, como as da Argentina, Brasil e México: antes da grande depressão eram preponderantemente exógenos, depois tornaram-se principalmente endógenos. Isto se relaciona ao simples fato de que a importância relativa do comércio exterior e dos pagamentos externos na década de 30 diminuiu significativamente em comparação com o período anterior a 1929, como consequência de uma queda abrupta nos preços das exportações, da imposição de controles de natureza diversificada e da redução de fluxos financeiros resultante do fechamento dos mercados de capital e redução do pagamento de serviços contratuais de dívidas. Entretanto, mesmo uma familiaridade superficial com o processo de formulação da política econômica de muitos países da América Latina nos anos 30 confirmará que, a despeito dessa redução de importância, a geração de divisas e sua distribuição foi o principal problema a ser enfrentado pelos gestores da política econômica, deixando poucos graus de liberdade para a definição de outros aspectos da política econômica.

O excesso de entusiasmo na utilização do modelo de transição de *desarrollo hacia afuera* para *desarrollo hacia adentro* dá origem a, pelo menos, duas importantes concepções errôneas ou exageros com relação às economias latino-americanas na década de 30: de um lado, a alegada conquista de liberdade de manobra para os países da América Latina, que resultou do aumento da “rivalidade inter-imperialista”, e, de outro, a transição para um “modelo” autônomo de desenvolvimento, em virtude das características diversificadas do setor industrial resultantes da substituição de importação nos setores de bens de capital e intermediários. O interesse deste estudo, entretanto, está voltado preponderantemente para as questões relacionadas à interpretação referente à margem de manobra crescente.²

Este artigo, conseqüentemente, é algo heterodoxo frente a parte da historiografia econômica recente, ao enfatizar a importância de se levar em conta desenvolvimentos na economia mundial, em particular as diferentes políticas econômicas internacionais adotadas pelos EUA e pelos principais países europeus e seu impacto sobre diferentes países latino-americanos. Tivessem as políticas econômicas externas da Grã-Bretanha e dos EUA sido semelhantes na década de 30 e não haveria espaço para o que se segue.

² Embora tenha havido alguma diversificação da estrutura industrial na década de 30, a reduzida importância de setores industriais não-tradicionais parece indicar que, pelo menos no Brasil, enfatizou-se excessivamente o modelo endogenista. O impacto da evidente reorientação da demanda sobre o nível e composição do investimento foi atenuado pela existência de significativa capacidade ociosa no início do período e, em menor medida, pelas restrições às importações.

Argentina e Brasil foram selecionados para este exercício comparativo porque ilustram com bastante clareza duas situações radicalmente distintas em termos do relativo poder de barganha da Grã-Bretanha e dos EUA e as conseqüentes restrições que afetam as políticas econômicas destes dois países latino-americanos. Deve-se salientar, entretanto, que este artigo foi escrito basicamente do ponto de vista brasileiro, devido às limitações do autor e à falta de material sobre a Argentina no Brasil.

O artigo está dividido em quatro itens. O primeiro trata das características estruturais das relações comerciais e financeiras da Argentina e do Brasil com a Grã-Bretanha e os EUA antes da depressão, enfatizando sua natureza diferenciada. O segundo examina o impacto da política econômica externa norte-americana sobre a política econômica brasileira dos anos 30 — especialmente no que diz respeito a comércio e pagamentos internacionais — e o crescimento econômico do Brasil. O terceiro tem objetivo semelhante ao do segundo, analisando o impacto da política econômica externa da Grã-Bretanha sobre a política econômica e o crescimento da Argentina. Finalmente, o quarto item inclui as principais conclusões comparativas e tenta extrair lições que possam ser úteis nos anos 80.

1. Comércio exterior e pagamentos internacionais da Argentina e do Brasil antes da depressão

A natureza triangular das ligações comerciais e financeiras da Argentina com a Grã-Bretanha e os EUA antes da década de 30 é agora bem conhecida.³ Enquanto o mercado britânico absorvia tipicamente cerca de 30% das exportações totais da Argentina, não mais do que 20% das importações argentinas eram de origem britânica. Em contraste com os anos pré-guerra, era clara a tendência no sentido de estabelecer-se um comércio estruturalmente desequilibrado favorecendo a Argentina. Enquanto a participação britânica no total das exportações argentinas permanecia estável, as mercadorias britânicas eram deslocadas do mercado argentino não apenas pela sobrevalorização da libra, mas, também, pela mudança na composição das importações em favor de mercadorias “modernas”, tais como bens duráveis de consumo e maquinaria, em cuja produção a Grã-Bretanha não estava em condições de competir, especialmente com os EUA. A importância do mercado britânico, entretanto, não era igual no caso de diferentes produtos de exportação da Argentina. No caso da carne, que correspondia a cerca de 15% das exportações argentinas, a Grã-Bretanha absorvia mais de três quartos das exportações totais argentinas desse produto. A importância do mercado britânico era ainda mais acentuada no caso das exportações de carne bovina resfriada, que vinha ganhando terreno rapidamente sobre outros tipos de carnes exportadas.⁴

³ Ver Fodor e O'Connell (1973).

⁴ Ver Diaz-Alejandro (1970, p. 19-21) e Salera (1941, p. 26 e 42).

Este desequilíbrio comercial nos últimos anos da década de 20 foi pelo menos mitigado pelos fluxos financeiros compensatórios resultantes do pagamento de juros, remessas de lucros e dividendos e influxo líquido de capital estrangeiro. Como os EUA substituíram a Grã-Bretanha como principais exportadores de capital e o montante de capital britânico investido na Argentina era bastante considerável, no caso dos lados Argentina-Grã-Bretanha e Argentina-EUA do triângulo os fluxos financeiros tendiam a compensar os desequilíbrios comerciais.⁵

A natureza triangular das ligações comerciais e financeiras da Argentina com os EUA e Europa, e, particularmente, a importância do mercado britânico para a carne argentina vieram a ter importância decisiva para a política externa da Argentina nos anos 30, especialmente com relação ao critério de distribuição da receita cambial entre usos competitivos.

A natureza das ligações do Brasil com a economia mundial no final da década de 20 era também bastante peculiar. O mercado norte-americano absorvia cerca de 45%, em valor, das exportações totais brasileiras, enquanto menos de 30% das importações vinham dos EUA. Este desequilíbrio tinha sido mais importante no passado, antes de 1914, quando a participação das importações americanas nas importações totais do Brasil tinha permanecido tipicamente abaixo de 15%. A Grã-Bretanha, que havia perdido sua posição de principal mercado do Brasil por volta de 1870, absorvia, ao contrário, somente cerca de 5% do total das exportações brasileiras. A participação britânica nas importações brasileiras declinou, de modo geral, pelas mesmas razões que na Argentina: no final dos anos 20 a Grã-Bretanha domina 20% do mercado brasileiro, em contraste com cerca de 30% antes da I Guerra Mundial. Os EUA, além de estarem muito à frente como principal mercado de exportação do Brasil, no caso do café — que correspondia a 70% do total das exportações brasileiras — absorviam cerca de 50% dessa exportação.⁶ O Brasil não somente dependia mais de seu principal mercado de exportação do que a Argentina, mas, também, relativamente muito mais das exportações de café do que a Argentina das exportações de carne. O fato de o consumo de café brasileiro ser menos concentrado geograficamente do que o da carne argentina — especialmente a carne bovina resfriada — tinha conseqüentemente um efeito compensatório bastante limitado.

A estrutura do intercâmbio brasileiro caracterizava um triângulo “invertido”, se comparado com a da Argentina: a balança comercial com os EUA era

⁵ Fodor e O'Connell (1973, p. 5-7). Aos desequilíbrios comerciais correspondia um desequilíbrio relacionado a volumes de comércio, uma vez que grande percentagem das exportações argentinas era bastante volumosa em comparação com as importações, fato este que se refletia na disparidade entre os valores médios de importação e exportação por tonelada. Este desequilíbrio resultou em taxas altamente diferenciadas para fretes de exportação e importação, sendo compensado somente em parte pelos fretes brasileiros. As exportações brasileiras tinham, de fato, valor mais alto por tonelada do que as importações. As importações globais argentinas e brasileiras eram, em condições normais, equivalentes em peso às exportações globais. Ver Fodor e O'Connell (1973, p. 6).

⁶ Ver Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (s.d., p. 1.366-74).

estruturalmente favorável ao Brasil, enquanto a balança comercial anglo-brasileira era favorável à Grã-Bretanha.

No caso do Brasil, em contraste com a Argentina, os fluxos financeiros — relativos tanto a juros, remessa de lucros e dividendos quanto ao influxo líquido de capital estrangeiro — acentuavam o desequilíbrio comercial, ao invés de mitigá-lo. De fato, os fluxos financeiros, definidos bilateralmente, tendiam a ser favoráveis ao Brasil no caso do novo credor e desfavoráveis no caso do antigo.

Esta estrutura de comércio e pagamentos externos do Brasil veio a ter importantes conseqüências nos anos 30, visto que o Brasil, apesar do poder de barganha norte-americano ser pelo menos tão forte quanto o da Grã-Bretanha na Argentina, não sofreu pressão real para adaptar sua política econômica externa com o objetivo de favorecer os EUA. De fato, até o princípio da década de 20, os antecedentes dos EUA quanto à extração de privilégios especiais em países nos quais o seu poder de barganha fosse suficientemente sólido, não são imunes a críticas: só quando a tarifa Fordney-McCumber fez da cláusula de nação mais favorecida a base para a política comercial americana a situação foi revertida. Durante a década de 30, os EUA, ao contrário da Grã-Bretanha, adotaram persistentemente políticas baseadas na equidade do tratamento de todos os parceiros comerciais.⁷

2. Relações econômicas entre o Brasil e os EUA na década de 30 e seu impacto sobre o crescimento econômico brasileiro

O impacto da grande depressão sobre a economia brasileira tem sido amplamente discutido na literatura.⁸ A partir do final de 1928 o surto econômico de Wall Street teve como conseqüência principal a drenagem de fundos da periferia por via direta ou pelo desvio de fluxos “normais” de capital. O influxo de capital estrangeiro, que chegara além de £ 25 milhões por ano em 1926-28, foi reduzido a praticamente nada em 1929. Esta pressão inicial sobre o balanço de pagamentos foi consideravelmente agravada pela quase completa desorganização dos tradicionais mercados de capitais nos países centrais após 1929, e pela pronunciada queda contemporânea dos preços do café. Embora somente em 1932 a quantidade exportada tenha caído abaixo do nível de 1928 (em cerca de 16%), e tenha alcançado expansão de 70% acima desse nível no final da década de 30, os preços de exportação em mil réis caíram com bastante rapidez (em quase 40%) até 1930 e recuperaram seu nível de 1928 apenas em 1941, permanecendo aproximadamente 25% abaixo desse nível na maior parte da década de 30. As relações de troca se deterioraram significativamente: quase 45% até 1931 e mais ainda após a recessão

⁷ Durante os 20 anos anteriores a 1923, certas importações brasileiras de origem americana gozaram de reduções tarifárias discriminatórias de 20-30%.

⁸ A interpretação clássica é de Furtado (1959). Esta tem sido contestada por revisionistas, mas Fishlow (1972) faz uma avaliação bem equilibrada de tais revisões, confirmando, apesar de várias qualificações importantes, as linhas principais da interpretação clássica.

de 1937, até chegar a menos de 40% do nível de 1928. A capacidade de importar permaneceu, em geral, em um patamar aproximadamente 30% abaixo dos níveis anteriores à depressão. O Brasil enfrentou, portanto, uma crise maciça de balanço de pagamentos, originária tanto da queda das receitas de exportação quanto da interrupção do fluxo de capitais de empréstimo e de investimento direto. O equilíbrio foi restaurado durante os anos 30 pelo sucessivo apelo, primeiro à exportação de ouro e divisas, de acordo com as regras do *gold exchange standard*, e depois a uma combinação de desvalorização da taxa cambial, controle cambial, redução do pagamento do serviço da dívida externa e acumulação de atrasados comerciais.⁹

O PIB brasileiro, entretanto, permaneceu praticamente estável, mesmo durante os piores anos da depressão,¹⁰ enquanto a contração do produto industrial não foi além de cerca de 10% em relação ao pico em 1928 (no pior ano, que foi o de 1930), e já em 1933 estava em um nível 5% acima do produto industrial de 1928. A recuperação decorreu, ao menos em parte, da política relativa aos gastos públicos — a exemplo do ocorrido em períodos anteriores de história econômica brasileira — e à geração de saldos comerciais consideráveis através do controle das importações. Entre 1932 e 1939, tanto o produto industrial quanto o PIB cresceram rapidamente — a taxas anuais de 7,9 e 5,7%, respectivamente — apesar das dificuldades do período 1938-9, decorrentes da recessão americana.

As relações políticas e econômicas entre o Brasil e os EUA nos primeiros anos do regime Vargas foram bastante tensas, devido ao apoio que os norte-americanos deram ao regime derrotado em 1930 e à falta de “cooperação” do mercado financeiro de Nova Iorque com os bancos brasileiros, suspendendo suas linhas de crédito de curto prazo, procedimento contrastante com a reação mais acomodadora da praça de Londres. Entretanto, como as características estruturais do comércio entre o Brasil e os EUA, que foram mencionadas no item 1, persistiram após a recessão, era inevitável que essas dificuldades não subsistissem por muito tempo, especialmente porque os britânicos, após 1932, concentraram seus esforços no Brasil, principalmente nas questões financeiras (isto é, na dívida pública externa), parecendo resignados a um crescente e rápido declínio de seu comércio de exportação.¹¹

⁹ Para índices de comércio exterior e tratamento abrangente da política econômica externa do Brasil na década de 30, ver Abreu (1977, p. 34 e cap. 1 a 6). Aparentemente, a primeira análise equilibrada da reação dos exportadores de produtos primários aos problemas cambiais nos anos 30 é a de J.H. Williams, no seu relatório de 1934 “Problemas cambiais no Brasil, Argentina e Chile”. In: United States. Department of State (1954, p. 393-422). Williams enfatiza também a eficácia limitada da desvalorização cambial na América Latina, pois freqüentemente envolvia redução nas receitas de exportação, visto que os produtos agrícolas enfrentavam demanda inelástica e muitos países latino-americanos controlavam parcela considerável do mercado mundial de certos produtos.

¹⁰ É claro que a renda real era substancialmente mais afetada do que o produto, pois os termos de intercâmbio brasileiros se deterioraram significativamente.

¹¹ Tasca (1939, p. 85) confirma que esta política britânica, nítida no caso do Brasil, como mostra Abreu (1977), correspondia à aplicação local de importante diretriz da política econômica externa da Grã-Bretanha no período.

A participação norte-americana no mercado brasileiro durante a década de 30 permaneceu, de modo geral, estável num nível da ordem de 25% (depois de feita a devida correção, para levar em conta a supervalorização das importações da Alemanha realizadas em marcos de compensação e contabilizadas em *Reichsmark*), enquanto as exportações brasileiras para o mercado norte-americano caíram lentamente de 45 para 35%, pois a importância relativa das exportações do café foi muito reduzida em termos de *quantum* exportado, os preços deste produto caíram mais do que os de outros produtos de exportação e a Alemanha aumentou consideravelmente suas compras no Brasil no período 1934-8.

Ainda havia escopo, conseqüentemente, para o exercício do poder de barganha norte-americano, se os EUA assim desejassem. O setor empresarial norte-americano, especialmente no início da década de 30, manifestou-se firmemente favorável à exploração deste poder de barganha para obter tratamento preferencial na transferência de divisas para liquidar pagamentos devidos a credores norte-americanos: a intimidação proposta era, na maior parte dos casos, a ameaça de impor tarifas sobre as importações norte-americanas de café que eram isentas de imposto de importação. Os círculos oficiais americanos, entretanto, opuseram-se energicamente a tal conduta, pois isto tomaria as exportações norte-americanas para outros mercados, onde o poder de barganha dos EUA era mais fraco, vulneráveis ao mesmo tipo de tratamento por parte de outros grandes consumidores de produtos primários.

A orientação a ser seguida pelo governo norte-americano não foi decidida, de fato, até 1934, quando a política comercial proposta por George Peek, baseada no bilateralismo, foi rejeitada em favor da fé inabalável de Cordell Hull no multilateralismo. Contrastando nitidamente com a Argentina, como será visto no próximo item, os regimes cambiais do Brasil na década de 30 não discriminaram entre os países com os quais o Brasil apresentava balanço comercial favorável e os demais.

Embora em alguns episódios específicos os norte-americanos eventualmente tenham usado seu "porrete" — sendo a principal ocasião quando da negociação do Tratado Comercial Brasil-EUA, em que obtiveram algumas vantagens menores do Brasil em 1935 —, algumas importantes decisões brasileiras relativas à política econômica externa, mesmo que claramente desfavoráveis aos EUA, não foram influenciadas por pressões dos EUA. Ao mesmo tempo em que se acumulavam os atrasados comerciais e financeiros norte-americanos no Brasil, devido à escassez de divisas, o Brasil pagava anualmente, entre 1932 e 1937, £6 milhões a £8 milhões de libras (cerca de 20% do valor das importações) de serviço da dívida pública externa, principalmente a credores britânicos.¹² As renegociações referentes à dívida, no início da década de 30, não somente sublinharam a prioridade do pagamento do serviço da dívida em relação a obrigações comerciais, mas foram

¹² Esses pagamentos correspondiam a cerca de um terço dos pagamentos normais.

persistentemente desfavoráveis aos empréstimos em dólar, caracterizados por piores garantias contratuais, em comparação aos empréstimos em libras.

O sacrifício norte-americano de seus objetivos de curto prazo em favor dos objetivos a longo prazo e, em especial, em favor do multilateralismo foi especialmente evidente no caso da expansão do comércio bilateral brasileiro, particularmente com a Alemanha, a partir de 1934. Em seguida à adoção da nova política de comércio exterior de Schacht, a Alemanha aumentou substancialmente sua participação nas importações e exportações totais do Brasil, através de acordos de compensação que envolviam subsídios à exportação das indústrias alemãs e taxas de câmbio consideravelmente desvalorizadas em relação à paridade teórica do marco alemão (*Reichsmark*). A estabilidade relativa do comércio bilateral era garantida pelo aumento das exportações brasileiras para a Alemanha, especialmente de algodão, cuja exportação era desprezível antes da depressão e cuja produção, ironicamente, aumentou sob a proteção do programa norte-americano de garantia de preços.

Na segunda metade da década de 30, devido à falta de complementaridade entre as economias norte-americana e brasileira, especialmente com respeito ao algodão, e à incapacidade norte-americana de absorver quantidades adicionais de mercadorias exportadas pelo Brasil, torna-se difícil imaginar como a produção de tais mercadorias poderia expandir-se à taxa atingida na década, sem acesso ao mercado criado pelo comércio bilateral com a Alemanha, baseado na compensação, pois não existiam mercados alternativos capazes de absorvê-las.¹³ Além disso, as exportações para a Alemanha, do ponto de vista do balanço de pagamentos, correspondiam, nestes anos caracterizados pela escassez de divisas, a cerca de 20% do total das exportações, gerando divisas inconversíveis valiosas para financiar as importações de bens para as quais havia demanda reprimida no mercado brasileiro.

Os dados sobre as importações brasileiras na década de 30 indicam que a expansão do comércio de compensação com a Alemanha substituiu as exportações britânicas e não as norte-americanas: tanto a participação norte-americana quanto a participação agregada teuto-britânica no mercado brasileiro permaneceram estáveis durante a década de 30. Os prejuízos causados às exportações norte-americanas pela competição alemã foram recuperados pelos ganhos norte-americanos em prejuízo de outros parceiros comerciais do Brasil (incluindo a Grã-Bretanha). A diminuição das exportações britânicas para o Brasil resultou tanto das notórias dificuldades competitivas que enfrentavam as mercadorias britânicas desde o

¹³ A produção de algodão do Brasil aumentou de aproximadamente 100 mil toneladas no final da década de 20 para mais de 400 mil em 1937-9. A maior parte da produção foi absorvida pelo mercado externo: as exportações totais aumentaram de menos de 12 mil toneladas em 1926-8 para mais de 270 mil em 1937-9. A participação do mercado britânico na absorção das exportações de algodão brasileiro caiu de 80% no final dos anos 20 para 20%, aproximadamente, no final da década de 30, apesar do seu aumento bastante substancial em termos absolutos. Em 1937-38 a Alemanha absorveu cerca de 30% do algodão brasileiro (60% em 1935), e o Japão 20%.

fim do século XIX, em relação a outros fornecedores, quanto das mudanças da estrutura das importações brasileiras que refletiam os problemas do balanço de pagamentos, que afetavam mais seriamente as exportações tradicionais da Grã-Bretanha, especialmente as de produtos têxteis, substituídas pela produção interna competitiva.

Embora o comércio bilateral Brasil-EUA gerasse, na década de 30, entre £ 10 milhões e (mais tipicamente) £ 15 milhões de divisas conversíveis a mais do que requeriam as importações norte-americanas,¹⁴ o governo norte-americano — pela sua adesão ao multilateralismo e por questões ligadas à sua estratégia de estímulo ao aumento da influência do Brasil na América Latina, com o objetivo de combater a liderança mais independente da Argentina — fez vista grossa para o fato de que o Brasil adotava políticas que claramente prejudicavam os seus interesses. Os credores norte-americanos “perdiam” de £ 5 milhões a £ 7 milhões, anualmente, devido à inadimplência total ou parcial do Brasil¹⁵ e o comércio de compensação, por seu lado, “desviava” £ 8 milhões de importações brasileiras para a Alemanha.

O resultado líquido de uma hipotética política norte-americana no Brasil, espelhada na política britânica num país como a Argentina, isto é, baseada na mobilização total do poder de barganha disponível, teria provavelmente sido a drástica redução das importações e, em menor escala, das exportações brasileiras.

A relativa escassez de divisas foi, naturalmente, de suma importância para a explicação da rápida expansão do produto brasileiro, especialmente da indústria, depois de 1932. A indústria nacional foi protegida da competição estrangeira pela imposição do controle de importações e pelas mudanças substanciais dos preços relativos das mercadorias nacionais e importadas a partir de 1930/1. Contudo, uma economia em rápida expansão depende da disponibilidade de divisas para o pagamento de bens intermediários, matérias-primas, bens de capital e bens de consumo não competitivos com a produção doméstica. Embora no início dos anos 30 o aumento da produção não dependesse do aumento da capacidade, uma vez que a capacidade ociosa era muito substancial, no final da década o Brasil estava importando somente 15% a menos de bens de capitais para a indústria — em *quantum* — do que no final da década de 20.¹⁶

Os dados sobre a estrutura da importação durante os anos 30 são notoriamente deficientes. Não há dúvida, entretanto, de que mesmo cortes modestos na importação não só resultariam na interrupção do fluxo de alguns bens de consumo residuais, como automóveis, aparelhos de rádio e refrigeradores, que estavam sendo importados em parte por razões políticas, mas também afetariam negativamente as importações de insumos e matérias-primas essenciais para a produção indus-

¹⁴ Informações referentes a remessas de lucro das firmas norte-americanas são exíguas, mas os dados sobre estoque de capital sugerem que as remessas totais eram reduzidas em comparação com o típico déficit comercial bilateral.

¹⁵ Parte destas perdas não foi permanente. Ver Abreu (1975).

¹⁶ Comparando 1927-29 com 1936-38.

trial. Uma das razões alegadas para a reversão no final dos anos 30, da política brasileira relativa à prioridade concedida ao pagamento do serviço da dívida pública externa, foi a necessidade de acomodar a crescente demanda da indústria brasileira por bens de capital, visto que a rápida expansão baseada no uso da capacidade ociosa parecia haver chegado ao fim.

A adoção pelo Brasil de uma política econômica limitada por pressões externas, à semelhança, como será visto no próximo item, da Argentina, resultaria muito provavelmente na redução da taxa de crescimento do PIB, pela falta de insumos importados e, na segunda metade da década, de bens de capital para uso industrial. Ocorreria também a deterioração mais acentuada dos serviços de transporte, que dependiam de importações, e a contração da produção de produtos agrícolas selecionados, que só poderiam ser exportados com base em acordos bilaterais.

3. Relações econômicas anglo-argentinas na década de 30 e seu impacto sobre o crescimento econômico argentino.

O impacto da depressão sobre os termos de troca da Argentina foi substancial, mas bem mais limitado do que no caso do Brasil: não somente o nível mínimo, alcançado em 1931-3, foi cerca de 35% abaixo do máximo de 1928¹⁷ (contrastando com os quase 45% no Brasil), mas em 1936-8 foi praticamente atingido este nível máximo no rastro da rápida recuperação dos preços de exportação relacionada à seca norte-americana. A capacidade de importar nos anos 30, um tanto surpreendentemente, não se manteve muito abaixo de seu nível nos anos 20: talvez não mais de 10%, comparado a 30% no caso do Brasil.

O PIB, nos piores anos da depressão, caiu bem mais na Argentina do que no Brasil. Atingiu, em 1932, um nível cerca de 15% abaixo do máximo de 1929. A recuperação, que resultou de políticas expansionistas moderadas, foi também mais morosa do que a do Brasil: o nível máximo do período pré-depressão não foi alcançado senão em 1935. De fato, enquanto entre 1928 e 1939 o PIB brasileiro aumentou de 3,7% ao ano, o aumento na Argentina foi de 1,8% ao ano, apesar das limitações externas menos severas, tanto no início dos anos 30 quanto no decorrer da década. O produto industrial argentino cresceu à taxa anual de 3,2%, enquanto a indústria brasileira, mais "madura" no início do período, cresceu à taxa anual de 5% no mesmo período.¹⁸

A política econômica externa argentina era em grande medida, como é bem sabido, um corolário da política econômica externa inglesa durante a década de 30, garantindo consistentemente vantagens unilaterais de natureza comercial e finan-

¹⁷ Deve-se mencionar que em 1928 as relações de trocas melhoraram bastante, se comparadas aos anos anteriores da década de 20: os termos de intercâmbio médios para 1921-7 mantiveram-se em torno de 76% do seu nível de 1928. Ver Nações Unidas (1951, p. 98).

¹⁸ Para dados sobre PIB e produção industrial da Argentina, ver Diaz-Alejandro (1970, apêndice estatístico). Para dados sobre o Brasil, ver Fishlow (1972, apêndice I). A população aumentou à taxa de 2% ao ano durante o mesmo período em ambos os países.

ceira aos interesses britânicos. É difícil falar, é certo, em uma política econômica externa britânica coerente nos anos 30, visto que esta era definida basicamente segundo a avaliação do poder de barganha britânico em cada país específico. A comparação da política britânica no Brasil e na Argentina é, nesse contexto, particularmente instrutiva. Enquanto no Brasil – devido à falta de poder de barganha – a política era definida estritamente em bases multilaterais, na Argentina havia espaço para a extração de vantagens em virtude do déficit comercial anglo-argentino, do predomínio político dos interesses do setor pecuário e da importância do mercado britânico de carne.¹⁹ O *slogan* preferido da Grã-Bretanha na Argentina – “comprar a quien nos compra” – teve de ser mudado drasticamente no Brasil para “comprar de quem vende o melhor”, para constrangimento dos funcionários britânicos consultados sobre a ambigüidade da política de comércio e de pagamentos internacionais de seu país.²⁰

Os expedientes bilaterais britânicos naturalmente faziam sentido do ponto de vista da maximização das exportações da Grã-Bretanha. Nesse contexto, é relevante mencionar a crítica de Keynes à quase que religiosa crença norte-americana nas vantagens do livre comércio para todos os Países:

“Desejamos carne e pagaremos 110 libras por ela; a Argentina deseja um automóvel que custa 110 libras no Reino Unido e 100 libras nos EUA; os EUA não querem comprar carne, têm uma tarifa sobre o produto e não pagarão mais de 50 libras por ele, se tanto; a Argentina tem carne e aceitará de bom grado 100 libras, ao invés de não vendê-la, mas não pode aceitar menos de 100 libras; não tendo dólares, só podemos adquirir a carne se vendermos o automóvel. O intercâmbio comercial não ocorreria sob o *laissez-faire*, pois, se pagarmos a carne em dinheiro, sejam 100 ou 110 libras, a Argentina usará o dinheiro para comprar o automóvel dos EUA e nós ficaremos insolventes. Algum sistema através do qual a nossa compra de carne esteja condicionada à compra do nosso automóvel pela Argentina é o único modo de viabilizar o comércio. De outro modo, tanto os pecuaristas argentinos quanto nossos fabricantes de automóveis serão forçados a ficar ociosos.”

Keynes prosseguiu:

“Esta possibilidade é excluída da filosofia [de alguns economistas norte-americanos] por causa de hipóteses latentes, adotadas em [sua] teoria clássica mas que não ocorrem na prática, de que se a carne for comprada à vista pelo Reino Unido e os argentinos comprarem o automóvel norte-americano, decorre necessa-

¹⁹ Ver, por exemplo, Tasca (1939, p. 156): “A rigidez da estrutura econômica britânica inspirou o governo a recuperar e manter sua posição competitiva através da plena utilização de seu poder de barganha.”

²⁰ Ver memorando de Mason, 1.9.39, Ministério das Relações Exteriores, classe 371: A 6297/1082/6, Public Record Office, Londres, queixando-se de que “este país permanece com um pé na trilha das quotas e tarifas e com o outro no reino dos acordos de nação mais favorecida”

riamente que a América comprar-nos-á algo no valor de 100 libras. Em outras palavras, [sua] filosofia fundamental tem como pressuposto a inexistência do próprio problema que nos esforçamos para resolver.”²¹

A interpretação “tradicional” relativa à política econômica externa da Argentina na década de 30 sustentaria que tal política, ao estender concessões diversas à Grã-Bretanha em troca de limitadas garantias relativas às exportações de carne, não foi definida com base no interesse nacional, mas em interesses setoriais dos produtores de carne; que a importância relativa do comércio da carne, se comparada ao total das exportações, não justificava a adoção de tal política e que a Grã-Bretanha tinha interesse concreto na disponibilidade da carne argentina para seu mercado, pois a reorientação das importações do produto oneraria o consumidor britânico. Subjacente a esta interpretação está a visão de que a Argentina dispunha, de fato, de maior número de graus de liberdade do que os indicados por sua posição passiva em relação às exigências de Mr. Runciman.²²

A política cambial argentina imediatamente após a recessão foi bastante semelhante à brasileira, isto é, criou-se um sistema de controle cambial que alocava as divisas com base na natureza das operações cambiais, sem discriminação segundo a nacionalidade dos credores. Entretanto, a notória Convenção Roca-Runciman e sua Convenção Suplementar, ambas assinadas em 1933 — conseguidas por Runciman com base no que a Argentina tinha a oferecer, a fim de manter, em termos tarifários (mas não de quantidades) o *status quo ante* com relação à entrada da carne argentina no mercado britânico —, asseguravam à Grã-Bretanha tratamento discriminatório favorável nas remessas argentinas, a redução dos impostos sobre a importação incidentes sobre certos artigos manufaturados, fornecidos principalmente pela Grã-Bretanha, e tratamento “simpático” do capital britânico investido na Argentina.²³ Além disso, o segundo estágio de controle cambial adotado em fins de 1933 beneficiou as mercadorias britânicas, que podiam em geral ser importadas à taxa de câmbio oficial mais favorável.²⁴

Este artigo não examinará detalhadamente a controvertida literatura sobre a inevitabilidade da Convenção Roca-Runciman e suas conseqüências prejudiciais à Argentina e sobre as contradições entre a defesa dos interesses nacionais ou de classe. Entretanto, recentes tentativas de revisão da interpretação tradicional, de que a convenção de fato correspondeu a um ajuste através do qual os interesses da pecuária fizeram concessões bastante substanciais à Grã-Bretanha em troca de

²¹ Keynes (1980, p. 239-40), anotações de Keynes (S.1.42) sobre o memorando de Pasvolksy “Possibilities of conflict of British and American official views on post-war economic policy”.

²² Ver, por exemplo, Fodor e O’Connell (1973).

²³ A pressão britânica objetivando a assinatura das convenções é conseqüência da reorientação da política comercial britânica na direção da concessão de preferências aos produtos do império que se seguiu à Conferência Econômica Imperial de Ottawa de 1932. Ver Pollard (1973, p. 196-8) e Salera (1941, cap. 3).

²⁴ Ver Salera (1941, caps. 2, 3 e 4) Fodor e O’Connell (1973, Seção 2).

vantagens setoriais bastante limitadas, parecem tão frágeis que devem ser comentadas.²⁵

Essas interpretações revisionistas de fato sugerem que as condições obtidas em 1933 foram as melhores possíveis dentro da realidade enfrentada pelos negociadores argentinos à época; que o pacto teve como objetivo a defesa dos interesses nacionais e não os da pecuária e que serviu para proteger a Argentina das “vicissitudes da economia mundial”.²⁶ Baseiam-se em avaliação bastante unilateral a respeito da possível reação da Grã-Bretanha à entrada da carne argentina em seu mercado se não prevalessem os termos da Convenção Roca-Runciman: como já se viu, havia inquestionável interesse britânico na continuidade do comércio da carne, baseado tanto em argumentos gerais (disponibilidade de carne barata e de boa qualidade),²⁷ quanto em argumentos específicos, ligados à proteção do capital britânico investido em setores direta ou indiretamente relacionados à exportação de carne.

Por outro lado, a Convenção Roca-Runciman não pode ser avaliada exclusivamente em termos do seu impacto sobre o comércio anglo-argentino, pois foram obtidas inúmeras concessões com respeito ao capital britânico no momento em que foi estabelecida e também quando de sua renovação em 1936. Além disso, o fato de que o “padrão de comércio que se verificou entre os dois países não foi desfavorável à Argentina em 1933”²⁸ é irrelevante para mostrar as “vantagens” da Convenção Roca-Runciman, pois se as mercadorias britânicas não tivessem recebido tratamento preferencial, a balança comercial desfavorável da Grã-Bretanha com a Argentina teria, sem dúvida, crescido consideravelmente. É muito estranha a interpretação de que os britânicos estariam “propensos a sacrificar seu investimento, mantido como refém na Argentina atrás da barreira do controle cambial, e dispostos mesmo a apoiar os esforços argentinos para a nacionalização das ferrovias”.²⁹ É muito questionável a hipótese de que tenha havido qualquer “sacrifício”: o futuro mostraria que até o General Perón tomou esse “sacrifício” britânico bastante agradável em termos de preço, ao nacionalizar as ferrovias em condições bastante favoráveis aos acionistas britânicos. A barreira do controle cambial, ao contrário do sugerido, funcionou nitidamente em benefício das importações britânicas cujo acesso ao mercado argentino era garantido por dispositivos bilate-

²⁵ Ver, por exemplo, Tulchin (1975). Tentativas recentes de avaliar a Convenção Roca-Runciman com base nos seus efeitos indiretos parecem, levando em consideração eventos em outros países da América Latina, igualmente frágeis.

²⁶ Tulchin (1975, p. 86-7).

²⁷ O'Connell (1982) mostra que no final dos anos 20 a importância da carne argentina para o consumo britânico levou o governo britânico a uma política muito diferente comparada à dos EUA. Estes, baseados em evidência científica idêntica sobre a febre aftosa, embargaram as importações de carne da Argentina, enquanto na Grã-Bretanha aquelas importações não sofreram solução de continuidade.

²⁸ Tulchin (1975, p. 97).

²⁹ Id. *ibid.*, p. 100.

rais apenas levemente disfarçados. A visão convencional sobre a Convenção Roca-Runciman parece manter-se com base no exame da evidência disponível.

Na renovação da Convenção, em 1936, por Malbrán e Eden, foram limitadas mais ainda as “concessões” britânicas à Argentina, agravando-se os compromissos argentinos.³⁰ Embora não houvesse redução apreciável do déficit comercial britânico com a Argentina na década de 30, em comparação com os anos que antecederam a depressão, a Grã-Bretanha conseguiu obter tratamento preferencial, no decorrer da década, para o capital investido na Argentina e para o seu comércio externo. Existem poucas dúvidas de que, caso as mercadorias britânicas não tivessem gozado de tratamento preferencial do ponto de vista da alocação de divisas, da política de gastos do governo e das tarifas, a participação britânica no mercado argentino teria diminuído consideravelmente.³¹

Enquanto no caso do Brasil fica bastante claro que o desempenho econômico, na década de 30, teria sido prejudicado se os EUA tivessem exigido o pagamento das obrigações em dólar e a interrupção do comércio bilateral, principalmente com a Alemanha, o impacto sobre a economia argentina da adoção britânica de uma política bilateral menos truculenta é, talvez, menos evidente, pois a restrição de acesso a divisas parece ter sido menos severa do que no Brasil.

À medida que a política econômica argentina discriminava a favor das importações de origem britânica, favorecia a compra de mercadorias menos competitivas à custa dos consumidores argentinos ou da eficiência da indústria doméstica, ou até mesmo a compra de bens de consumo em detrimento dos bens de capital, pois a Grã-Bretanha era importante fornecedora de bens de consumo. O fato de a importação de bens de capital ter permanecido, mesmo nos bons anos por volta de 1937, pelo menos 30% (em termos de *quantum*) abaixo de seus níveis de pré-recessão é, certamente, um aspecto surpreendente da pauta de importações da Argentina.³² Isto se relaciona, em parte, à continuada importância das importações de bens de consumo: a importação de têxteis (incluindo insumos), por exemplo, permaneceu, na segunda metade da década, aproximadamente no mesmo nível quantitativo dos anos que antecederam a depressão.

É provável que, se a política econômica externa da Argentina tivesse sido menos dócil frente às pressões britânicas, fosse possível alcançar, apesar de

³⁰ Ver Di Tella e Zymelman (1973), para comentários sobre os termos desfavoráveis do acordo Malbrán-Eden no contexto de uma rápida recuperação das exportações argentinas. Ver também Salera (1941, cap. 5).

³¹ Os EUA, obviamente atingidos pelas políticas discriminatórias argentinas patrocinadas pela Grã-Bretanha, sentiram-se, naturalmente, em posição fraca para evitar prejuízos a seus interesses, especialmente na primeira metade da década. As palavras de censura do secretário Hull à política britânica foram apenas levemente disfarçadas: “O estabelecimento de um regime efetivo de igualdade de tratamento requer, entretanto, não só que as nações se recusem a garantir preferências em seus próprios mercados, mas que se abstenham também de pretender uma posição preferencial nos mercados de outros países.” Departamento de Estado dos EUA. Comunicado de Imprensa nº 347, 23.5.36, p. 535-6. Apud Kreider (1943, p. 72-3).

³² Ver Nações Unidas (1951, p. 115 e 144).

relativa escassez de divisas, taxas mais altas de acumulação de capital nas indústrias de substituição de importação e, conseqüentemente, uma taxa mais rápida de crescimento do produto. Além disto, uma política financeira menos bem comportada — envolvendo, por exemplo, a renegociação da dívida externa — teria liberado recursos para que o governo federal adotasse políticas internas expansionistas e para maiores investimentos na indústria argentina através de importações de bens de capital.

4. Conclusões

A ascendência da Grã-Bretanha sobre a Argentina na década de 30 foi decisiva, em vista da importância do mercado britânico para as exportações argentinas; enquanto o poder de barganha dos EUA no Brasil era considerável, devido à importante parcela das exportações brasileiras — particularmente de café — absorvida pelo mercado norte-americano.

A partir do início dos anos 30, entretanto, a Grã-Bretanha adotou uma política econômica externa que enfatizava a extração de tratamento privilegiado nos países nos quais tinha forte poder de barganha, como a Argentina. Os EUA, ao contrário, adotaram, especialmente após 1934, uma política cujo princípio fundamental era a adoção irrestrita de acordos comerciais e de pagamentos multilaterais, em substituição a acordos bilaterais formais ou informais que se estavam tomando comuns nos países da Europa.

Esses desdobramentos no cenário internacional contribuíram para acentuar as diferenças entre as políticas econômicas externas da Argentina e do Brasil na década de 30. Enquanto a Argentina, pressionada pela Grã-Bretanha e pela importância dos pecuaristas para a estabilidade política da *Concordancia*, adotou políticas que favoreceram o comércio exterior e o capital britânico, o Brasil pôde seguir uma política econômica externa definida em bases *ad hoc*, praticamente sem interferência norte-americana.

Essas diferenças entre as políticas econômicas externas adotadas pela Argentina e pelo Brasil tiveram, naturalmente, implicações bastante distintas sobre seus balanços de pagamentos, pois o Brasil dispunha de maior disponibilidade relativa de divisas, dada a relutância norte-americana em adotar acordos comerciais e de pagamentos bilaterais ou impor restrições à entrada de mercadorias brasileiras no seu mercado. Caso os norte-americanos tivessem adotado métodos truculentos para equilibrar seus pagamentos em relação ao Brasil, como fizeram os britânicos com a Argentina, seria de se esperar uma substancial redução na disponibilidade de divisas.

A escassez de divisas foi vital para a rápida expansão de produção das indústrias de substituição de importação no Brasil na década de 30. Entretanto, se a redução no valor das importações tivesse chegado ao ponto de interferir na importação de bens intermediários e, em menor grau, na importação de bens de capital, isto seria sem dúvida um obstáculo ao rápido crescimento da produção industrial.

Este artigo defende o ponto de vista de que a taxa rápida de crescimento industrial no Brasil nos anos 30 foi possível, entre outras coisas, dada a “leniência estratégica” norte-americana em relação ao Brasil.

O desempenho de outros setores da economia dependia também da disponibilidade de divisas, como no caso dos serviços de transportes que eram condicionados à importação de bens de capital, componentes e combustível. A diversificação da agricultura, pelo contrário, que foi uma característica marcante da economia naquela década, dependia da estabilidade de novos mercados de exportação, possível em face da firme adoção, pelos EUA, de uma política econômica externa global com base no multilateralismo.

A política econômica externa da Argentina foi definida, nos anos 30, sob pesadas restrições impostas pelo bilateralismo britânico. Em consequência da base política do governo da *Concordancia*, as concessões argentinas tenderam a favorecer claramente os interesses da pecuária em detrimento do interesse nacional. Esta política teve custos em termos de uma taxa mais baixa do crescimento da economia e particularmente da indústria, em comparação ao que provavelmente ocorreria no caso de ter sido menos concessiva em relação aos interesses britânicos.

Os casos da Argentina e do Brasil evidenciam que estudos comparativos das economias da América Latina na década de 30 devem considerar as características diversificadas dos laços dos diferentes países com a economia internacional, que, por sua própria natureza, impõem restrições bastante distintas à política econômica e, conseqüentemente, ao desempenho econômico de países específicos.

A experiência destes dois países torna clara, também, a continuada importância dos vínculos com a economia mundial para a explicação da formulação da política econômica e de crescimento na década de 30, apesar da redução na integração da economia internacional (medida, por exemplo, pela relação entre valor do comércio exterior e/ou fluxos de capital e renda).

Não é muito fácil extrair lições para a década de 80, para países como Brasil e Argentina, com base em suas experiências nos anos 30. Um aspecto saliente da economia internacional de hoje é a ausência de um país homogêneo emergente, como era o caso dos EUA na década de 30. É pouco provável, conseqüentemente, num contexto de competição internacional rígida, que qualquer país tenha condições de explorar possíveis vantagens estruturais por períodos extensos, como fez o Brasil nos anos 30. O multilateralismo hoje, apesar das afirmações em contrário, é bem qualificado por argumentos estritamente bilaterais e a expansão das exportações dos países em desenvolvimento enfrenta, com freqüência, a competição de segmentos mais tradicionais da indústria dos países desenvolvidos. Nesse sentido, a lição tirada da experiência brasileira na década de 30 parece bastante limitada.³³

³³ Não há necessidade de tratar de forma equivalente a experiência argentina na década de 30, pois dificilmente poderia ser considerada como um exemplo a ser seguido.

A Argentina, apesar de suas notórias dificuldades econômicas e políticas, teria em princípio condições de depender menos essencialmente da economia mundial do que o Brasil na década de 80, em virtude de sua base de recursos naturais mais diversificada, especialmente sua auto-suficiência no que concerne a energia.³⁴

A geração de um saldo considerável e permanente na balança comercial brasileira é da maior importância para tranquilizar os credores quanto à capacidade para pagar a dívida externa e assumir possíveis compromissos futuros. Como a capacidade dos países exportadores de petróleo para importar produtos brasileiros é limitada, o excedente comercial tem que ser gerado em outros mercados, enfrentando muitas vezes a competição de fornecedores bem estabelecidos, como nos mercados da África e da América Latina, ou de *lame ducks* fortemente protegidos na Europa Ocidental e nos EUA.

É, certamente, nos balanços de pagamentos de países como o Brasil que ficam flagrantes as exigências incoerentes dos interesses financeiros e industriais menos competitivos das economias avançadas. O Brasil, no presente estágio de seu crescimento econômico, precisa manter sua dívida sob controle e, para fazê-lo sem provocar danos, necessita aumentar seu excedente comercial, conquistando mercados de fornecedores tradicionais. Os protestos dos competidores nos países desenvolvidos seriam facilmente compreendidos se o Brasil não fosse um fornecedor marginal do mercado mundial. De fato, a participação relativa do Brasil no mercado mundial no início da década de 80, a despeito de sua crescente integração na economia mundial desde 1967, é ainda semelhante à de 1928.

Nas atuais condições, o esforço brasileiro nesta década de 80 para tentar alinhar sua participação comercial no mercado mundial com sua importância como mercado captador de fluxos financeiros internacionais vai ser particularmente difícil. Especialmente quando não está protegido por “guarda-chuva” semelhante ao propiciado pelos EUA na década de 30.

Referências bibliográficas

Abreu, M. de P. *Brazil and the world economy, 1930-1945: aspects of foreign economic policies and international economic relations under Vargas*. Cambridge, University of Cambridge, 1977. (Tese de doutoramento não publicada.)

———. A dívida pública externa do Brasil, 1931-43. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 5, 1975.

Brasil. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil, 1939/40*. Rio de Janeiro, s.d.

Díaz-Alejandro, C. *Essays on the economic history of the Argentine Republic*. Princeton, Yale University Press, 1970.

³⁴ Embora *ceteris paribus* a menor vulnerabilidade argentina seja óbvia, a maior relação dívida líquida/exportações torna o argumento estrutural menos relevante.

_____. A América Latina em depressão: 1929-39, *Pesquisa e Planejamento Económico*, 10, 1980.

Di Tella, G. & Zymelman, M. *Los ciclos económicos argentinos*. Buenos Aires, Paidós, 1973.

Fishlow, A. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. *Estudos Económicos*, 2, 1972.

Fodor, J. & O'Connell A. La Argentina y la economía atlántica en la primera mitad del siglo XX. *Desarrollo Económico*, 13: 13-65, 1973.

Furtado, C. *Formação económica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

Keynes, J.M. *The collected writings of John Maynard Keynes. Activities 1944-1946: shaping the post-war world; Bretton Woods and reparations*. London/New York, Macmillan/Cambridge University Press, 1980. v. 26.

Kreider, C. *The Anglo-American trade agreement: a study of British and American commercial policies, 1934-1939*. Princeton, Princeton University Press, 1943.

O'Connell, A. The American sanitary embargo against meat and the U-turn to bilateralism in Argentine commercial policy. 1982, datilogr.

Pollard, S. *The development of the British economy, 1914-67*. London, Arnold, 1973.

Salera, V. *Exchange control and the Argentine market*. New York, Columbia University Press, 1941.

Tasca, H.J. *World trading systems: a study of American and British commercial policies*. Paris, International Institute of Intellectual Cooperation, 1939.

Tulchin, J.S. Foreign policy. In: Falcoff, M. & Dolkart, R. ed. *Prologue to Perón: Argentine in depression and war, 1930-43*. Berkeley, University of California Press, 1975.

United Nations. *Economic survey of Latin America 1949*. Geneva, 1951.

United States. Department of State. *Foreign relations of the United States, 1934*. Washington, 1954.